

DINÂMICAS POPULACIONAIS E HABITACIONAIS NA ÁREA
METROPOLITANA DO PORTO

MARIA ASSUNÇÃO GATO
2013

R_2013/03

RELATÓRIO
REPORT



DINÂMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE IUL

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa



DINAMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

Dinâmicas Populacionais e Habitacionais na Área Metropolitana do Porto

Maria Assunção Gato♣
R_2013/03

INTRODUÇÃO.....	2
1. AMP: UMA ÁREA METROPOLITANA CONTROVERSA.....	2
2. DINÂMICAS POPULACIONAIS NA AMP.....	8
2.1 Breve panorama sobre níveis de escolaridade na AMP.....	13
3. DINÂMICAS FAMILIARES NA AMP.....	15
4. DINÂMICAS HABITACIONAIS NA AMP.....	19
NOTAS CONCLUSIVAS.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	31
Índice de Quadros e Figuras.....	32

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objectivo analisar, com base nos resultados dos Censos 2011, alguns aspectos das dinâmicas demográficas e habitacionais na Área Metropolitana do Porto (AMP). Esta análise visa estabelecer um contraponto a dados equivalentes igualmente observados para a Área Metropolitana de Lisboa, cuja análise foi desenvolvida por Sandra Marques Pereira e Paulo Marques (2011). Como tal e apesar do Modelo Urbano do Porto não ser muito comparável com o de Lisboa, este relatório procura estabelecer o diálogo necessário com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) enquanto referência comparativa das duas maiores metrópoles nacionais.

Os dados relativos à AML aqui apresentados funcionam apenas como exemplos pontuais e comparativos, com o intuito de auxiliar a leitura e interpretação das recentes dinâmicas populacionais e habitacionais da AMP. Importará ainda referir que para efeitos de análise comparativa e evolutiva, assumiu-se para os dados censitários anteriores a 2011 uma composição metropolitana que não corresponde à realidade da altura - composta por nove municípios - mas sim à actual formação da AMP, ou seja, consideraram-se sempre os dezasseis municípios que integram a AMP desde 2008, na análise de todas as variáveis tratadas.

1. AMP: UMA ÁREA METROPOLITANA CONTROVERSA

A noção de área metropolitana consiste num conceito funcional utilizado para designar o território composto por uma grande cidade central e toda a sua área de influência (Salgueiro, 1992), o que implica um elevado grau de integração, bem como um conjunto complexo e permanente de inter-relações envolvendo todo o território. Trata-se assim de uma organização territorial de natureza associativa decorrente de um processo de expansão urbana, impulsionado por um conjunto de factores articulados entre si, tais como: crescimento demográfico; crescimento da superfície construída e do número de construções; crescimento e redistribuição de actividades produtivas, recreativas e culturais; multiplicação e intensificação das mobilidades quotidianas e dos fluxos de transporte, etc.

Em termos de modelo espacial a área metropolitana corresponde a uma organização liderada pela grande cidade central - onde se concentram as principais actividades económicas como a indústria e serviços – rodeada pelas periferias, maioritariamente destinadas às funções residenciais e muitas outras actividades complementares à economia comandada pela cidade central (Rodrigues, 2010). Num contexto metropolitano poderão existir vários outros núcleos urbanos significativos. Contudo, não só existe um claro predomínio do núcleo central, como se verifica uma grande mobilidade quotidiana de pessoas entre as áreas de residência e as áreas de trabalho, com o núcleo central a exercer um peso significativo de atracção.

Tanto no passado como actualmente, o sistema urbano português permanece marcado pela bicefalia representada pelas cidades de Lisboa e Porto, ainda que com características e protagonismos diferentes. A cidade de Lisboa, para além de ser a capital, destacou-se sempre pelas suas características de centralidade metropolitana, quer perante a região envolvente, quer perante o conjunto do território português. Já a cidade do Porto, polarizando um *hinterland* de menor dimensão territorial e funcional, nunca atingiu uma importância tão expressiva quanto a de Lisboa, mantendo-se, reconhecidamente, a capital da região Norte e a segunda cidade na hierarquia urbana nacional.

Este facto relaciona-se, naturalmente, com factores de natureza histórica e geográfica, mas também com as dinâmicas económicas, populacionais e urbanas que se geraram nos respectivos contextos territoriais. Em Lisboa, o processo de suburbanização intensificou-se a partir da década de 1960 e surge relacionado com o processo migratório nacional, nomeadamente, a transferência de população do centro para as periferias. Num primeiro momento este processo foi desencadeado, sobretudo, pelo incremento dos transportes colectivos suburbanos, designadamente, pela estrutura das linhas férreas (Cascais, Sintra e linha do Norte). Num segundo momento ficou a dever-se ao desenvolvimento do transporte individual permitido pela rede viária. Na década seguinte, com o retorno dos portugueses das ex-colónias e as migrações internacionais, o processo de suburbanização ainda se intensificaria mais, sobretudo nas freguesias envolventes de Lisboa (Marques, 2004).

No Porto, verificou-se uma dinâmica demográfica suburbana que é reportada ao início do século XX e que apresenta a particularidade de não ser um resultado directo da urbanização intensa da cidade; « (...) desde o início do século vigente os concelhos periféricos ao concelho urbano do Porto polarizam quase ininterruptamente o dinamismo demográfico do Grande Porto.» (Vásquez, 1992: 191). Como tal e ao longo de quase todo o século XX, as progressivas quebras no ritmo de crescimento populacional da cidade do Porto nem sempre tiveram correspondência com o incremento populacional dos seus concelhos periféricos, revelando estes também uma certa autonomia evolutiva. Tal significa que esta descentralização precoce não terá ficado a dever-se a saturações demográficas no centro, nem a repulsões do uso residencial por via de especializações funcionais ou de diferenciações espaciais (Vásquez, 1992). Com efeito, em 1950, a metrópole do Porto já estava rodeada por uma estrutura policêntrica enquanto a de Lisboa continuava sendo um grande centro residencial perante uma periferia urbana inexistente (Marques, 2004: 64). O processo de urbanização do Porto caracteriza-se, assim, pela sua maior fragmentação, extensividade e, sobretudo, pelo seu carácter difuso (Marques, 2004).

O crescimento da Área Metropolitana do Porto esteve mais condicionado pelo saldo natural da população – natalidade/mortalidade – e menos pelos fluxos migratórios. Pode-se dizer que a AMP cresceu por si própria, tendo recebido fluxos migratórios de pequena

relevância do seu *hinterland* imediato, sobretudo dos concelhos do vale do Douro, cujos movimentos eram facilitados pela acessibilidade assegurada pelo caminho-de-ferro.

O modelo de crescimento urbano-industrial da Área Metropolitana do Porto também não provocou um êxodo rural intenso. A indústria, predominantemente ligada a sectores tradicionais (como o têxtil e vestuário, calçado, mobiliário ou transformação de cortiça) sempre privilegiou a mão-de-obra local, aproveitando as elevadas taxas de natalidade que asseguravam um crescimento demográfico constante. O padrão de dispersão territorial mantido por estas indústrias permitiu a manutenção de sistemas de pluriactividade às populações, que foram mantendo as suas actividades agrícolas, beneficiando por isso de localizações mais periféricas e da dispersão de núcleos urbanos em torno da cidade do Porto (Vásquez, 1992). Contudo, a reduzida dimensão destas indústrias - predominantemente micro e pequenas empresas - também as tem deixado sem escala para actuar nos mercados globais (Silva, 2005). Também por estes motivos a AMP nunca atingiu um peso relativo comparável ao de Lisboa; em 2001 residia na AML cerca de 26,3% da população do Continente e na AMP, 12,5% (Marques, 2004).

De todos estes factores resulta uma área definida como metropolitana mas que congrega dentro de si sub-espacos de características urbanas com as suas lógicas de aglomeração muito próprias. Enquanto a AML corresponde a uma região polarizadora com escala metropolitana, a AMP aproxima-se mais de uma região urbana policêntrica que se mantém, em certa medida, fiel a um processo de urbanização difuso e de povoamento disperso que tem vindo a perpetuar-se ao longo dos tempos, não obstante a permanente articulação com o protagonismo centralizador exercido pela cidade do Porto.

Citando Teresa Barata Salgueiro; «Talvez seja devido a esta menor polarização que Pereira de Oliveira fala de conurbação do Porto, incluindo nela Matosinhos e Vila Nova de Gaia, em vez de área metropolitana, e Nuno Portas defende um esquema conceptual alternativo ao metropolitano para analisar o fenómeno da urbanização na Região Norte.» (Salgueiro, 1992: 101). Também Rio Fernandes (Fernandes, sd) entende que, em termos geográficos, a reduzida dimensão territorial da AMP e a sua fraca capacidade polarizadora não permite enquadrá-la no tradicional modelo de áreas metropolitanas.

Tanto a Área Metropolitana de Lisboa como a do Porto só foram formalmente criadas em 1991¹ - consideradas então como pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial e visando a prossecução dos interesses das populações da área dos municípios integrantes - não obstante a antiguidade do processo funcional que lhes está na origem. Mas enquanto a de Lisboa assumiu praticamente a composição que mantém actualmente - uma vez que os dezanove

¹ Lei nº44/91, de 2 de Agosto.

municípios iniciais resultaram, com a exclusão da Azambuja, nos actuais dezoito municípios² repartidos pelas duas margens do Tejo - a do Porto, inicialmente composta por nove municípios³, só em 2008 conheceu a composição que mantém presentemente e que perfaz um total de dezasseis⁴ municípios. Este acréscimo reflecte um incremento territorial e populacional, ainda que tardio, para lá dos municípios contíguos à cidade do Porto. Em simultâneo também corresponde a um considerável alastramento de formas e funções urbanas a territórios mais periféricos e diversificados.

Figura 1. Mapa da Área Metropolitana do Porto



Existe grande diversidade entre os 16 municípios que compõem a AMP. Alguns evidenciam-se por um comportamento ajustado a uma realidade metropolitana, ainda que devidamente contextualizada com as peculiaridades da AMP. Mas também existem outros que apresentam comportamentos bastante díspares e descontextualizados de uma lógica metropolitana, como é perceptível através das densidades populacionais (Quadro1).

²Área Metropolitana de Lisboa: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Lisboa.

³ Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

⁴ Área Metropolitana do Porto: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia.

A heterogénea distribuição da população pelo território reflecte os contrastes entre municípios de forte densidade populacional - como o Porto, Matosinhos, S. João da Madeira e Vila Nova de Gaia – e outros municípios muito extensos e com vastas áreas de características rurais – como Arouca, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis - que fazem questionar as lógicas político-territoriais que terão estado por detrás da sua inclusão na AMP, seguramente mais política e estratégica do que baseada em critérios de integração territorial num modelo de área metropolitana.

Quadro 1. Densidades Populacionais nos Municípios da AMP, 2011

	Densidade Populacional (Nº/Km2)
Arouca	67,6
Espinho	1502,3
Gondomar	1271,6
Maia	1630,5
Matosinhos	2807,7
Oliveira Azeméis	424,2
Porto	5710,2
Póvoa Varzim	770,5
Stª Maria Feira	644,6
Santo Tirso	521,7
S. João Madeira	2724,0
Trofa	540,8
Vale Cambra	154,3
Valongo	1249,6
Vila Conde	533,2
Vila Nova Gaia	1792,0

Fonte: INE.

Apesar da designação, do regime jurídico e do acréscimo de municípios que compõem a AMP, o seu reconhecimento enquanto modelo metropolitano “clássico” não tem sido unânime entre especialistas dedicados às questões urbanas (Salgueiro, 1992; Ferrão, 2002; Portas, Domingues, Cabral, 2003; Soares, 2006; Rodrigues, 2010; Fernandes, sd;). O Plano Regional de Ordenamento do Território da Região do Norte (PROTN)⁵, publicado em 2008, refere-se ao “arco metropolitano do Porto” e caracteriza-o como tendo uma morfologia híbrida e policêntrica, porém deficitária em termos de organização em rede. De acordo com o mesmo documento, a análise das redes demonstra a fluidez da malha e a partilha de centralidades entre os centros tradicionais e as novas centralidades que compõem este vasto mosaico territorial (Marques e Fernandes, 2008: 18).

⁵ PROTN – Sistema Urbano e Organização do Território, 2008.

Na verdade, não deixa de ser paradoxal que, enquanto em metrópoles mundiais de países desenvolvidos se propõe a articulação de territórios multi-escalares que ultrapassam as áreas metropolitanas (Scott, 2001), dando origem a composições socio-espaciais que podem ser reconhecidas como “regiões metropolitanas” (Ferrão, 2003) ou “cidades-região” (Rodríguez-Pose, 2008; Soja, 2005, 2011) a AMP pareça resultar mais dissolvida e fragmentada da sua ampliação para novos territórios envolventes.

É um facto inegável que a matriz centralizadora e polarizante ainda reconhecida em Lisboa contrasta com a matriz policêntrica, desconcentrada e cada vez mais difusa atribuída à AMP. Da mesma forma que enquanto em Lisboa ainda predominam algumas “cidades-dormitório” devido a esta forte relação de dependência, no Porto fará mais sentido falar em “cidades-satélite” uma vez que as dinâmicas económicas e sociais de alguns municípios periféricos concorrem com as do Porto em termos de dimensão e relevância. Refira-se os exemplos de Matosinhos e Maia, concorrentes em termos de base económica, incluindo indústria, serviços e oferta de equipamentos e infra-estruturas de âmbito metropolitano como o aeroporto e a feira de exposições Exponor, entre outros.

De acordo com Mário Rui Silva (2005), O sector terciário do Grande Porto tem sofrido de uma desconcentração regional em favor dos principais centros urbanos dos territórios circundantes, ao mesmo tempo que ocorre uma deslocalização de actividades terciárias avançadas de natureza económica para a Grande Lisboa. Mas importará também somar a estes factores a ausência de uma coerência suficientemente articuladora das diferentes dinâmicas socio-espaciais presentes num conjunto tão heterogéneo de territórios como os que compõem a AMP.

Como tal, torna-se difícil enquadrar a matriz urbano-metropolitana do Porto na mesma lógica em que se enquadra a AML. De facto, nesta última é perceptível a “cidade geograficamente estilhaçada mas funcionalmente integrada” que é inerente ao conceito de região metropolitana (Ferrão, 2003). Quanto à AMP, dir-se-ia que deu alguns passos no sentido da Região Metropolitana Polinucleada antes de se confirmar como Área Metropolitana coesa e claramente definida. Uma prova dessa realidade poderão ser as diferentes designações e as várias escalas territoriais adoptadas em documentos e estudos relativos à cidade do porto e respectivo entorno, como é o caso do “arco metropolitano do Porto” no PROTN ou a “Grande Área Metropolitana do Porto” referida na Carta Regional de competitividade elaborada pela AIP⁶ para o “Grande Porto”.

Entretanto, também importará referir que este policentrismo desconexo e bastante complexo que caracteriza o território da AMP não será indissociável das questões relativas aos transportes e

⁶ AIP – Associação Industrial Portuguesa.

sistema de mobilidades existentes neste território. Numa fase inicial o caminho-de-ferro assegurou a expansão urbana de uma forma muito selectiva. Numa fase posterior e já nos anos de 1980/1990, a vinda de fundos provenientes da União Europeia permitiram a ampliação da rede viária e a construção de novas auto-estradas, o que não só melhorou as acessibilidades internas na AMP, como permitiu um crescimento urbano em torno dos vários centros suportado essencialmente no transporte individual. Quanto aos transportes colectivos, eles nunca foram uma prioridade num território que ainda continua a revelar algumas carências a este nível. A rede de Metro é muito recente (10 anos) e, não obstante a rede intermodal e a procura de uma mobilidade integrada através de ligações com as linhas de comboios suburbanos e de longo curso, a rentabilidade dos percursos e os resultados financeiros obtidos pela empresa gestora⁷ colocam sérios entraves à expansão da rede.

2. DINÂMICAS POPULACIONAIS NA AMP

Os dados obtidos pelos Censos de 2011 comprovam que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentram, no seu conjunto, 45% da população residente no Continente, um valor que é claramente demonstrativo do amplo protagonismo que continuam a deter à escala nacional. Contudo, as percentagens de cada uma também são esclarecedoras, quer da antiga preponderância de Lisboa e do recente impulso que a sua área metropolitana reflecte ao nível das dinâmicas socio-espaciais, quer da manutenção do peso populacional registado na AMP face ao Continente (Quadro 2).

Quadro 2. Evolução da População Residente nas Duas Áreas Metropolitanas Relativamente à População Residente no Continente (%)

	População residente AMP	População residente AML
1991	16	27
2001	17	27
2011	17	28

Fonte: INE, Censos: 1991, 2001, 2011.

Ao longo do último século a cidade do Porto tem perdido população, pelo que o declínio populacional da cidade está a aproximar-se do padrão típico das áreas metropolitanas, onde o crescimento é protagonizado pelos concelhos periféricos, imediatamente contíguos. No caso da Área Metropolitana do Porto em que as cidades dos municípios periféricos sempre polarizaram algum crescimento e mantiveram a sua relativa independência, esse desenvolvimento anda também associado a melhorias na rede de transportes e nas condições de vida nos mesmos municípios, incluindo a oferta de habitação diferenciada em urbanizações prestigiadas e espaços requalificados que têm vindo a atrair famílias de classes sociais mais elevadas.

⁷ Relatório de Contas Metro do Porto 2011 (<http://www.metroporto.pt/>).

Contudo, esta perda de população não permite reduzir a importância da cidade central enquanto núcleo polarizador face a todo o território metropolitano. Tal como refere Walter Rodrigues, não se deve reduzir a população de uma cidade que é central perante uma região urbana mais vasta à população que nela reside efectivamente, na medida em que existe todo um conjunto diferenciado de utilizadores da cidade que também participam da população urbana (Rodrigues, 2010). Da mesma forma que se reconhece a pertinência desta observação relativamente ao contexto metropolitano de Lisboa, também importa reconhecer o mesmo para o do Porto, ainda que este não seja regido pelas mesmas lógicas territoriais.

Desta forma e ao nível das dinâmicas populacionais existem aspectos divergentes entre as duas áreas metropolitanas que merecem destaque. Não obstante os municípios de Lisboa e Porto apresentarem evoluções regressivas ao longo das últimas décadas, em Lisboa essa tendência afirmou-se na década de 1960⁸ para desacelerar de ritmo nos últimos anos. Quanto à cidade do Porto, existem registos que atestam trajectos de declínio populacional que atravessam quase todo o século XX, com períodos de maior ou menor acentuação; «De facto, é já pelo menos desde o início do século – e de forma acelerada a partir da segunda metade deste – que a cidade do Porto se revela como pólo de repulsão pelos processos de periferação compulsiva (bairros sociais) e de suburbanização voluntária das camadas mais desfavorecidas. No entanto, a partir de 1975, este carácter repulsivo toma novos contornos através de novos movimentos que surgem. O boom do movimento cooperativo, cujos projectos se instalam nas zonas periféricas da cidade ou mesmo para além desta, revela uma tendência espontânea de periferação e desconcentração urbana.» (Seixas, 2008: 101).

Entre os Censos de 1981 e 1991 o município do Porto apresentou uma variação populacional negativa de 7,6%, um valor relativamente elevado se visto isoladamente mas muito positivo se comparado com Lisboa (-17,2%). Contudo, este valor acaba por perder alguma expressividade quando inserido na realidade acima descrita. O mesmo acontecerá com a variação negativa de 9,7% registada entre 2001 e 2011 que, por comparação a Lisboa (-3,4%) confirma uma tendência regressiva mais vincada mas que também se atenua quando inserida numa leitura diacronicamente mais prolongada e espacialmente contextualizada (Quadro 3).

Quadro 3. Variação da População Residente nos Municípios do Porto e Lisboa, 1981-2011 (%)

	1981-1991	1991-2001	2001-2011
Porto	-7,6	-13	-9,7
Lisboa	-17,2	-15,6	-3,4

Fonte: INE, Censos: 1981, 1991, 2001, 2011

Numa análise de conjunto é sabido que na AML existem alguns municípios periféricos - e que se incluem no que se pode designar por “terceira coroa urbana” – onde actualmente se

⁸ Decréscimo populacional de 5,3% entre 1960 e 1970.

registaram taxas de crescimento populacional que merecem relevo, como é o caso de Mafra⁹, Alcochete¹⁰ e Montijo¹¹. Este crescimento reflectido por territórios que se podem considerar já periféricos em relação à própria periferia denuncia dinâmicas que não só reforçam o efeito polarizador da cidade-centro face a envolventes cada vez mais alargadas, como confirma a vitalidade da AML à escala nacional (Pereira e Marques, 2011).

Numa análise equivalente ao conjunto dos municípios que compõem a AMP é possível verificar que entre 2001 e 2011 se regista um decréscimo populacional em sete dos dezasseis municípios, sendo o Porto o que mais se destaca, com uma perda de população residente de 9%. Contrariamente à centralidade do Porto, os outros municípios partilham todos a localização extremada face à AMP. Quanto aos nove municípios que registam ganhos populacionais, Maia destaca-se com 12%, seguida de Valongo com 9%. Se estas variações populacionais forem consideradas em conjunto com a localização de cada município face ao centro metropolitano representado pelo Porto é perceptível a dificuldade em estabelecer critérios homogéneos face a um efeito polarizador, que não só é mais atenuado, como também partilhado por outros municípios mais afastados, como é o caso de Valongo ou Vila do Conde (Quadro 4 e Figura 2).

Quadro 4. Evolução e Variação da População Residente nos Municípios da AMP (1981-2011)

	1981/1991		1991/2001		2001/2011		
	1981	1991	(%)	2001	(%)	2011	(%)
Arouca	23896	23894	-0,1	24227	1,4	22359	-7,7
Espinho	32409	34956	7,9	33701	-3,6	31786	-5,7
Gondomar	130751	143178	9,5	164096	14,6	168027	2,4
Maia	81679	93151	14	120111	29	135306	12,7
Matosinhos	136498	151682	11,1	167026	10,1	175478	5,0
Oliveira Azeméis	62821	66846	6,4	70721	5,8	68611	-3
Porto	327368	302472	-7,7	263131	-13	237591	-9,8
Póvoa Varzim	54248	54788	1	63470	15,9	63408	-0,1
Stª Maria Feira	109531	118641	8,3	135964	14,6	139312	2,5
Santo Tirso	93482	102593	9,8	72396	-29,4	71530	-1,2
S. João Madeira	16444	18452	12,2	21102	14,4	21713	2,9
Trofa*				37581		38999	3,8
Vale Cambra	24224	24537	1,3	24798	1,0	22864	-7,8
Valongo	64234	74172	15,5	86005	16	93858	9,1
Vila Conde	64402	64836	0,7	74391	14,8	79533	7
Vila Nova Gaia	226331	248565	9,9	288749	16,2	302295	4,7
Total AMP*	1448318	1522763	5,1	1647469	8,2	1672670	1,5

Fonte: INE, Censos: 1981, 1991, 2001; 2011.

*AMP correspondente à actual formação

• O município da Trofa foi criado em 1998, pelo que surgem dados apenas a partir do Censo de 2001.

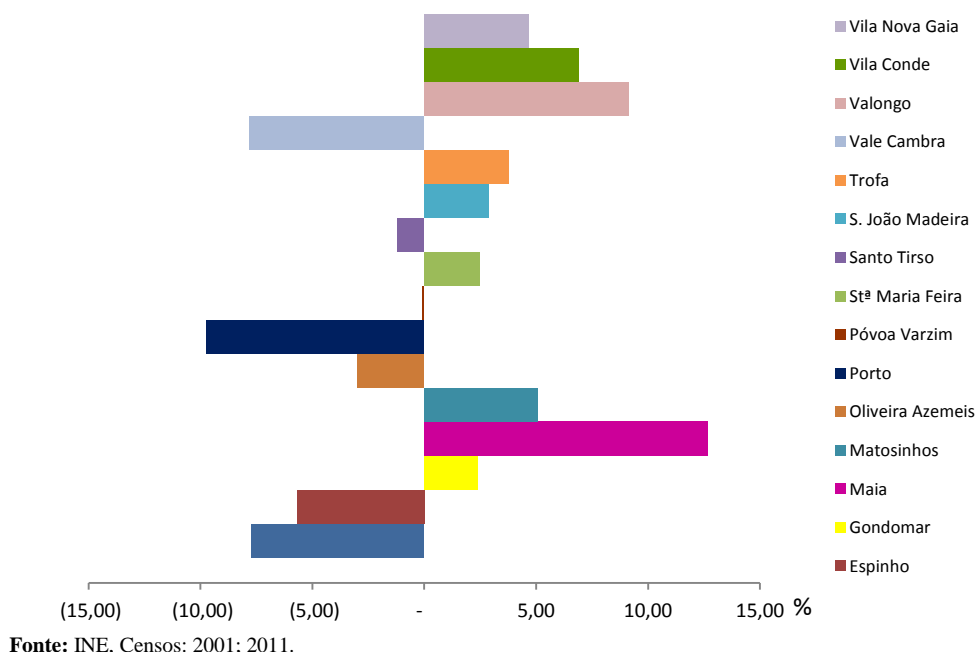
Antes de 1998 a Trofa era uma cidade anexada a Santo Tirso.

⁹ Crescimento populacional de 41,2% entre 2001 e 2011.

¹⁰ Crescimento populacional de 35% entre 2001 e 2011.

¹¹ Crescimento populacional de 31% entre 2001 e 2011.

Figura 2. Variação da População Residente por Municípios, 2001-2011 (%)



Existem municípios cujas variações populacionais mais recentes indiciam abrandamentos nos ritmos de crescimento, como é o caso da Maia, Vila Nova de Gaia, Valongo, Matosinhos, Gondomar e Vila do Conde. Trata-se de municípios que ao longo das últimas décadas têm vindo também a apresentar crescimentos populacionais que evidenciam o seu carácter polarizador face ao contexto territorial envolvente e que, em certa medida, formam uma mancha urbana de maior consolidação em torno do Porto.

Contudo e vistos no seu conjunto, os municípios que integram a AMP não formam um contínuo urbano homogéneo e diferenciável por “coroas urbanas” como acontece na AML. Como tal existirão vários factores a condicionar estas variações populacionais e as respectivas lógicas territoriais, que só através de uma análise mais fina e, eventualmente à escala da freguesia, poderiam tornar-se mais perceptíveis. Por exemplo, mesmo nesta mancha urbana mais consolidada existem municípios - como Valongo, Gondomar ou Vila do Conde - que se repartem entre territórios onde pequenas unidades produtivas se disseminam com base num processo de industrialização rural difusa (Portas, Domingues, Cabral, 2003). Mas neste contexto que mistura sectores de actividade também se abre espaço para a evolução do terciário, essencialmente associado aos núcleos urbanos em expansão nestes municípios, como acontece em Gondomar, Valongo ou Matosinhos.

Ao estender a análise para o que poderá ser entendido como uma segunda mancha urbana de expansão sem homogeneidade, é perceptível que a complexidade paisagística se intensifica; «Os núcleos urbanos consistentes e densos de meados do século passado

(nomeadamente, Espinho, Feira, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis), bem servidos por vias de comunicação e com fortes dinâmicas industriais cresceram significativamente e extravasaram para os espaços rurais envolventes, verificando-se agora uma mistura incoerente de campos agrícolas intensamente explorados, pinhais e eucaliptais, paredes meias com moradias, unidades industriais e comerciais, oficinas, armazéns e parques de materiais isolados ou em pequenos grupos, o todo percorrido por estradas e caminhos labirínticos.» (V.A., 2004: 215).

Com efeito, perante o cenário acima descrito torna-se difícil pensar o território da AMP em função de “coras urbanas” de expansão, definidas e consolidadas como aconteceu em Lisboa. Dir-se-ia que o alargamento definido em 2008 parece resultar de uma lógica que poderá ter sido mais institucional e política do que propriamente física e territorial.

Na AMP o panorama aponta para a dissolução de antigos núcleos urbanos, de consistência relativamente independente da cidade do Porto que, devido aos recentes processos de transformação socioeconómica, se dissiparam por entre as difusões indiferenciadas dos territórios envolventes. Contudo e ao contrário do verificado na AML, os municípios da AMP geograficamente mais afastados do Porto evidenciam actualmente sinais de declínio demográfico que não serão congruentes com uma efectiva expansão metropolitana. É este o caso de Oliveira de Azeméis (-3%), Vale de Cambra (-7,8%), Arouca (-7,7%) ou Póvoa do Varzim (-0,1%).

Num contexto territorial que se vem caracterizando pela descentralização será porventura mais realista interpretar o significado destes valores populacionais recessivos à luz de uma hierarquia de “centralidades periféricas”, na qual os municípios assumem as diferenças que lhes são intrínsecas e que contribuem para a sua maior atractividade ou repulsividade em diversos momentos. Significa isto que, para além da expressividade que a habitação sempre assumiu (e continua a assumir) no antigo processo de multipolarização em torno do Porto, existem outras dimensões a concorrer para a descentralização regional da AMP e para a competitividade interna dos seus territórios como por exemplo: i) as redes viárias, que interferem directamente com as acessibilidades e mobilidades; ii) as estruturas educativas e de emprego, que interferem directamente com as escolhas de localização residencial; iii) as estruturas de consumo, que cruzam com todos estes factores e se afirmam como polos de dinamismo a diversos níveis (económico, social, habitacional, locativo e promocional de territórios).

Tanto na AML como na AMP se assiste à concorrência dos municípios para acolherem projectos que impliquem não só algum dinamismo económico e promoção territorial, mas também empregos e residentes. Na AMP são visíveis os efeitos catalizadores relacionados com a instalação de grandes complexos comerciais como o *GaiaShopping* e *ArrábidaShopping* em

Vila Nova de Gaia, o *MaiaShopping* na Maia, ou o *NorteShopping* em Matosinhos. À sombra destes grandes espaços de consumo desenvolveram-se não só importantes projectos de promoção imobiliária, como também as indispensáveis vias de circulação e de articulação de todos os agentes envolvidos nestes cenários, cujas repercussões tanto se reflectem nos padrões de urbanização como nos modos de distribuição, consumo e estilos de vida das populações.

O mesmo se verifica em relação às plataformas logísticas associadas a actividades produtivas, extractivas e de inovação (como o Aeroporto, a Exponor, o terminal TIR e a Refinaria de Leça da Palmeira ou o Porto de Leixões). Também as localizações destas estruturas de vitalidade urbana têm privilegiado os municípios de formação metropolitana inicial. A localização das escolas tem seguido um processo semelhante, sobretudo as novas escolas e complexos de ensino superior instalados na Maia, Vila Nova de Gaia ou Espinho.

2.1 Breve panorama sobre níveis de escolaridade na AMP

Relativamente aos níveis de escolaridade, de um modo geral e comparativamente à realidade nacional, a população residente nas áreas metropolitanas destaca-se por níveis mais elevados de instrução e de qualificação face ao país, traduzindo-se esse facto não só em valores de competitividade territorial, mas também em factores de especialização ao nível dos sectores produtivos. Como tal e não obstante o claro predomínio da terciarização nas duas grandes áreas metropolitanas, o sector secundário existente na AML é mais orientado para uma produção que exige maiores níveis de escolaridade e qualificação de mão-de-obra, enquanto a Norte ainda prevalecem muitas indústrias tradicionais que empregam mão-de-obra pouco escolarizada e que se difundem por territórios de cariz rural e florestal.

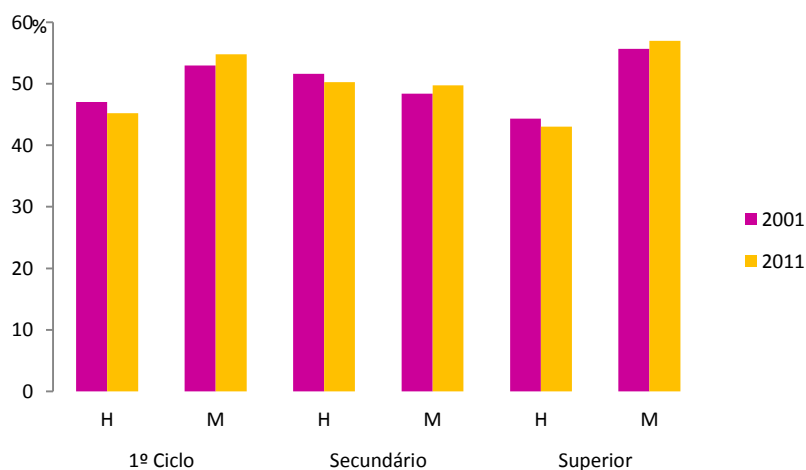
Relativamente aos níveis de escolaridade detidos pela população residente na AMP importa destacar desde logo a progressiva diminuição de população com o 1º Ciclo ao longo das últimas três décadas. Este facto estará relacionado com os fenómenos inerentes ao envelhecimento populacional que se tem vindo a acentuar em Portugal, mas também com o prolongamento da escolaridade obrigatória e o conseqüente aumento dos níveis de escolaridade obtidos pela população. Esta realidade é muito mais evidente ao nível do ensino superior do que ao nível do ensino secundário, uma vez que a oscilação dos totais reflectidos pela AMP ao longo das três décadas também já indicia uma quebra num futuro próximo (Quadro 5 e Figura 3).

Quadro 5. Evolução da População Residente na AMP segundo os Níveis de Escolaridade atingido, 1991-2011

	1991			2001			2011		
	1º ciclo	Secundário	Superior	1º ciclo	Secundário	Superior	1º ciclo	Secundário	Superior
Arouca	3062	2202	213	9525	2139	1296	7812	2619	1931
Espinho	2054	7476	1167	12340	4997	3961	10597	4743	5063
Gondomar	8280	29401	3003	58350	28933	15550	51370	29757	21950
Maia	4738	19009	2738	39017	22071	16441	35434	24048	27704
Matosinhos	7287	34325	5457	56562	30269	22132	50178	29240	34536
Oliveira Azeméis	4101	9357	802	27751	9152	4247	23389	10124	6621
Porto	13144	75872	22151	78536	45104	57109	62261	36012	64611
Póvoa Varzim	3288	8378	1225	22875	8056	5547	19237	9651	8449
Sª Maria Feira	8623	15492	1425	52922	15468	9173	45460	20404	16356
Santo Tirso	7026	14659	1393	30345	8457	4761	25979	9972	7515
S. João Madeira	822	4179	521	7151	3774	2266	6366	3838	3279
Trofa	:	:	:	14554	4849	2445	12624	6117	4210
Vale Cambra	2419	3408	329	9721	3098	1741	8240	3211	2603
Valongo	3544	14971	1371	30525	14747	7787	27813	16291	12833
Vila Conde	4001	9096	1090	28983	9099	5697	25320	11655	10208
Vila Nova Gaia	13876	51572	7561	99461	51412	33192	88875	51048	49800
Total	86265	299397	50446	578618	261625	193345	500955	268730	277669
%	44,8	19,6	3,3	35,1	15,9	11,7	30,0	16,0	16,6

Fonte: INE, Censos: 1991, 2001, 2011.

Figura 3. Evolução da População na AMP por Níveis de Ensino e Segundo o Sexo, 2001-2011 (%)



Fonte: INE, Censos: 2001, 2011.

Com efeito, é de salientar o progressivo aumento que se verifica ao nível de população com ensino superior concluído em todos os municípios. Tratando-se de uma realidade enquadrável

na actual tendência educativa nacional, ao nível dos municípios da AMP estes números também serão reflexo do importante contributo que as novas escolas de ensino superior têm vindo a prestar em termos de oferta em todo este território.

Comparando a percentagem de população com ensino superior entre as duas áreas metropolitanas é possível verificar que a AML ainda continua a destacar-se face à AMP, sendo que a diferença entre os dois sexos acaba por ser demonstrativa da mesma realidade que é transversal a todo o território português, ou seja, uma superioridade das mulheres com ensino superior face aos homens. No que diz respeito à população analfabeta registam-se valores praticamente equivalentes nas duas áreas metropolitanas, quer em percentagens do total de população, quer na discriminação por sexos, sendo de destacar a clara predominância das mulheres face aos homens em termos do analfabetismo ainda existente (Quadro 6). Este analfabetismo - que já pode ser considerado bastante residual face a décadas anteriores - estará ligado à população mais idosa, bem como a antigas clivagens sociais e de género que marcaram a sociedade portuguesa até ao fim do período ditatorial.

Quadro 6. População Residente na AMP e na AML com Ensino Superior e Analfabeta por sexos, em 2011 (%)

	Com Ensino Superior			Analfabetos (com 10 e +)		
	Total	H	M	Total	H	M
AMP	16,6	43	56,9	3	27,4	72,5
AML	21	44,2	55,7	2,9	27,9	72

Fonte: INE, Censos 2011.

No contexto das duas áreas metropolitanas, são naturalmente os municípios do Porto e Lisboa que se destacam em termos percentuais relativamente aos níveis mais elevados de ensino superior (27,1% e 32,3% respectivamente). Quanto aos níveis de analfabetismo na AMP, a Maia é o município que apresenta a percentagem mais baixa (2,2%) e Arouca a mais elevada (6,6%). Na AML são os municípios de Oeiras (1,9%) e Palmela (5,1%) que se destacam nas mesmas posições, podendo aqui estabelecer-se uma correlação semelhante entre estes dois conjuntos de municípios: de um lado os que são contíguos à cidade-centro e que reúnem determinadas características que atraem população residente com qualificações mais elevadas; do outro os que se posicionam no extremo da área metropolitana e que continuam a manter um carácter vincadamente rural e actividades económicas que exigem menores qualificações.

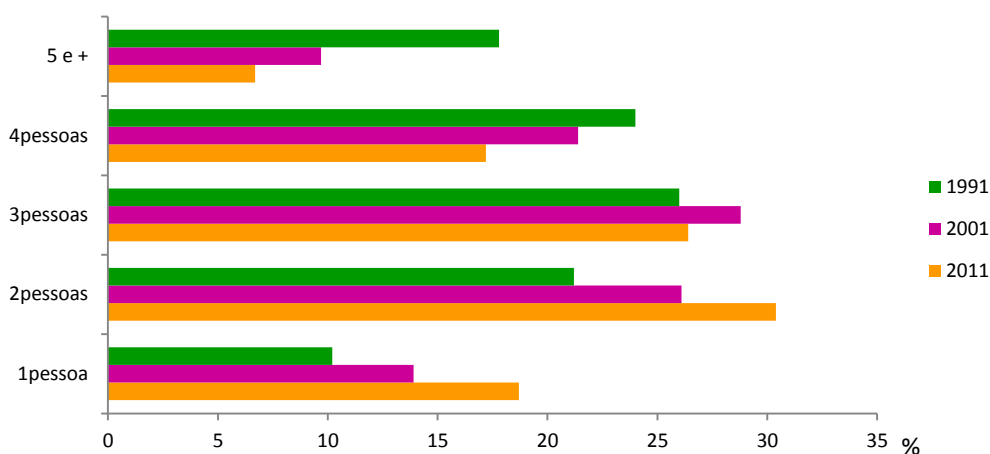
3. DINÂMICAS FAMILIARES NA AMP

Focando a análise sobre os dados censitários mais recentes relativos às famílias residentes na AMP destaca-se logo *a priori* uma taxa de crescimento de 10,3% entre 2001 e 2011 quando a taxa de crescimento populacional para o mesmo período foi de apenas 1,5%. Uma das

explicações para esta disparidade relaciona-se com a redução da dimensão média das famílias e com a diversidade de tipo de famílias, em que as famílias unipessoais de idosos e de jovens vêm tendo cada vez mais representatividade em Portugal.

De acordo com os dados dos Censos de 2011, a dimensão média das famílias portuguesas é de 2,6 indivíduos quando em 2001 era de 2,8. Actualmente, as famílias apenas com uma pessoa representam 21,4% do total de famílias enquanto as de duas pessoas representam 31,6%, o que no conjunto se traduz em mais de metade do total das famílias clássicas portuguesas. Em 2001 a proporção de famílias clássicas unipessoais no país era de 17,3%, enquanto na Região Norte era de 13,2% e a dimensão média das famílias no Norte era de 3 enquanto no país era de 2,8. De uma forma geral, as famílias do Norte sempre se mantiveram mais numerosas do que no resto do país.

Figura 4. Evolução da Dimensão das Famílias Residentes na AMP, 1991-2011 (%)

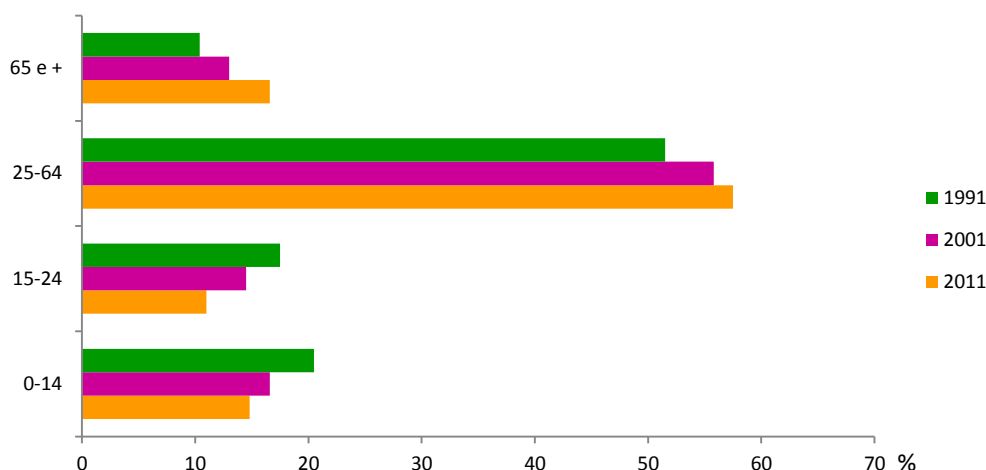


Fonte: INE, Censos: 1991, 2001, 2011.

Pelo gráfico acima apresentado (Figura 4) fica clara a tendência de crescimento na AMP das famílias de reduzida dimensão, nomeadamente, famílias unipessoais e compostas por duas pessoas. Em simultâneo é notório o considerável decréscimo das famílias com mais elementos, sendo este duplo comportamento transversal a todos os municípios que integram a AMP, de uma forma relativamente constante e indiferenciada. Na verdade, a redução da dimensão média das famílias é um fenómeno indissociável do processo de duplo envelhecimento que se vem acentuando em Portugal ao longo das últimas décadas, com o aumento da população idosa e redução da população jovem, não sendo a AMP uma excepção a esse fenómeno geral. Em simultâneo, para este fenómeno também contribuem as mudanças significativas nos estilos de vida das populações urbanas, de um modo geral.

Relativamente a este duplo envelhecimento, a AMP apresenta resultados que também se podem considerar constantes e extensíveis a todos os municípios. Significa isto que a proporção de população com 65 e mais anos aumentou nos dezasseis municípios uma média de quatro pontos percentuais de 2001 para 2011, enquanto a proporção de população entre os 0-14 anos diminuiu em média, cerca de dois pontos percentuais no mesmo período temporal (Figura 5).

Figura 5. Evolução da População Residente na AMP por Grupos Etários, 1991-2011 (%)



Fonte: INE, Censos: 1991, 2001, 2011.

Neste contexto de envelhecimento que se estende a toda a área metropolitana, ainda é possível distinguir alguns municípios que apresentam um decréscimo menos acentuado de população do primeiro grupo etário. É o caso da Maia, Matosinhos, Valongo, e Vila do Conde. Em contrapartida os municípios de Espinho, Vale de Cambra e Gondomar destacam-se pelo acréscimo mais acentuado de população idosa. Em ambos os casos, a maior ou menor vitalidade populacional não deixa de ser reflexo de outras áreas determinantes ao dinamismo destes territórios, nomeadamente, capacidades para atrair investimentos, empregos e famílias jovens.

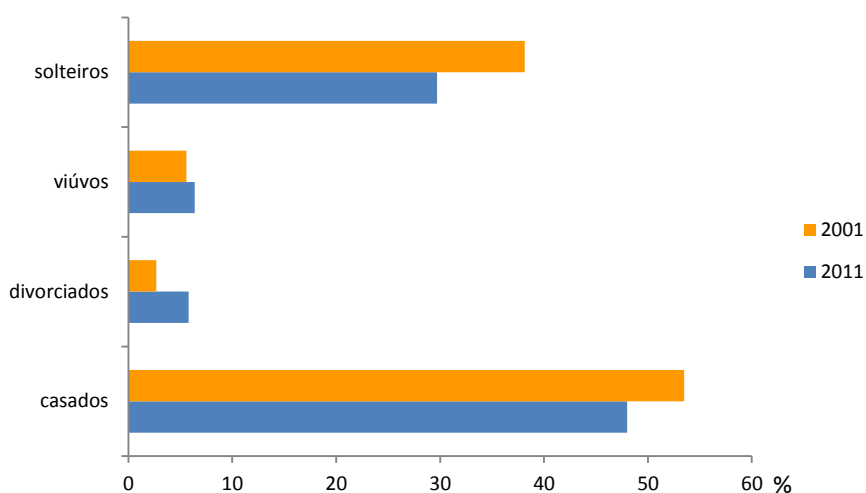
Não obstante as consequências óbvias que a situação de duplo envelhecimento populacional provoca em termos da redução da dimensão das famílias, este fenómeno não pode ser analisado apenas à luz dos efeitos do crescimento natural, uma vez que os factores ligados aos estilos de vida também adquirem uma preponderância crescente relativamente às escolhas familiares e pessoais, com particular relevo nas áreas urbanas. Note-se que no âmbito destes estilos de vida se vêm registando tendências de aumento no número de celibatários e divorciados a viverem sozinhos, famílias monoparentais, famílias unipessoais de jovens que, por razões profissionais, optam por mobilidades transitórias e outras situações migratórias.

De acordo com os Censos de 2001 a região Norte manteve a proporção de viúvos em 5,8%, mantendo-se a viuvez como um estado civil bastante representativo nesta região. No mesmo período temporal os núcleos familiares monoparentais representavam 10,8% dos

núcleos familiares do Norte quando a proporção no país era de 11,5%. Foi no Porto que esta proporção mais cresceu face a 91 (18,2% em 2001 no Porto). A proporção de famílias unipessoais constituídas por indivíduos com 65 e mais anos diminuiu de 57,8% em 1991 para cerca de 52,5% em 2001. Entre as famílias unipessoais de idosos, cerca de 78,6% são compostas por mulheres. Na região Norte, a proporção de famílias clássicas unipessoais constituídas por indivíduos com idades compreendidas entre os 20-29 anos aumentou de 6% para 10% entre 1991 e 2001.

Os resultados dos Censos de 2011 permitem perceber que, no âmbito da AMP, houve um decréscimo relativamente expressivo na população solteira e casada, crescendo a percentagem de divorciados e de viúvos. Gondomar, Matosinhos e Maia são os municípios que apresentam a taxa de variação negativa mais elevada de solteiros entre 2001 e 2011 ou seja, são os municípios onde se registou a maior redução no número de residentes solteiros. Em contrapartida, o Porto apresenta a taxa de variação negativa mais elevada de casados, o que significa que foi o município onde mais decresceu a população casada no mesmo período temporal. No que diz respeito aos divorciados, para além do aumento extensível a todos os municípios, a taxa de variação permite destacar Sta. Maria da Feira, Maia, S. João da Madeira e Valongo como os municípios onde se registou o maior aumento de residentes divorciados, entre 2001 e 2011 (Figura 6).

Figura 6. Evolução da População Residente na AMP por Estado Civil, 2001-2011 (%)



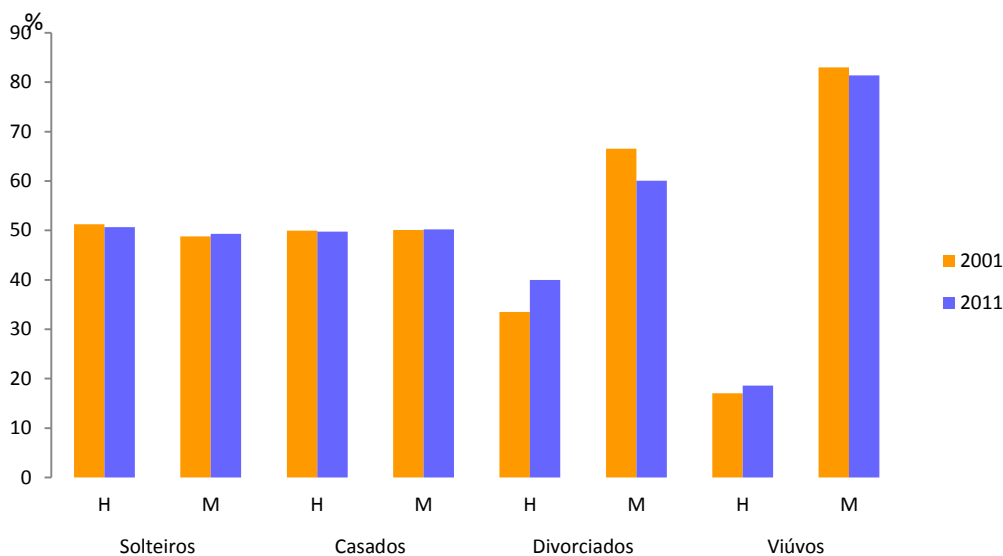
Fonte: INE, Censos: 2001, 2011.

A viuvez é, pelas suas próprias circunstâncias, o estado civil que apresenta um comportamento mais constante e equilibrado entre todos os municípios da AMP. À exceção do Porto, cuja taxa de variação é de -2% e de Arouca, que é de 1,2%, os restantes municípios apresentam taxas de variação positivas que vão de 16% a 28%, uma amplitude reduzida mas que marca um sentido

generalizado de crescimento, o que não deixa de ser também sintomático do envelhecimento populacional.

Considerando a repartição dos diferentes Estados Cívicos de acordo com o género, a população da AMP confirma o enorme desequilíbrio que existe entre mulheres e homens no estado de viuvez (Figura 7). Na origem desta realidade, que é antiga e transversal a muitas sociedades, estão sobretudo razões de ordem natural e outras que se relacionam com estilos de vida inerentes aos dois géneros. Também no estado de divorciados a comparação entre os dois géneros permite perceber que a percentagem de mulheres é consideravelmente superior à dos homens. Em 2001 o número de mulheres divorciadas na AMP era praticamente o dobro relativamente aos homens. Em 2011 essa diferença sofreu uma ligeira redução em ambos os géneros. Uma das possíveis explicações para esta discrepância poderá ser a maior rapidez, facilidade e/ou predisposição dos homens para situações de recomposição familiar.

Figura 7. Evolução da População Residente na AMP por Estado Civil e Segundo o Género, 2001-2011 (%)



Fonte: INE, Censos: 2001, 2011.

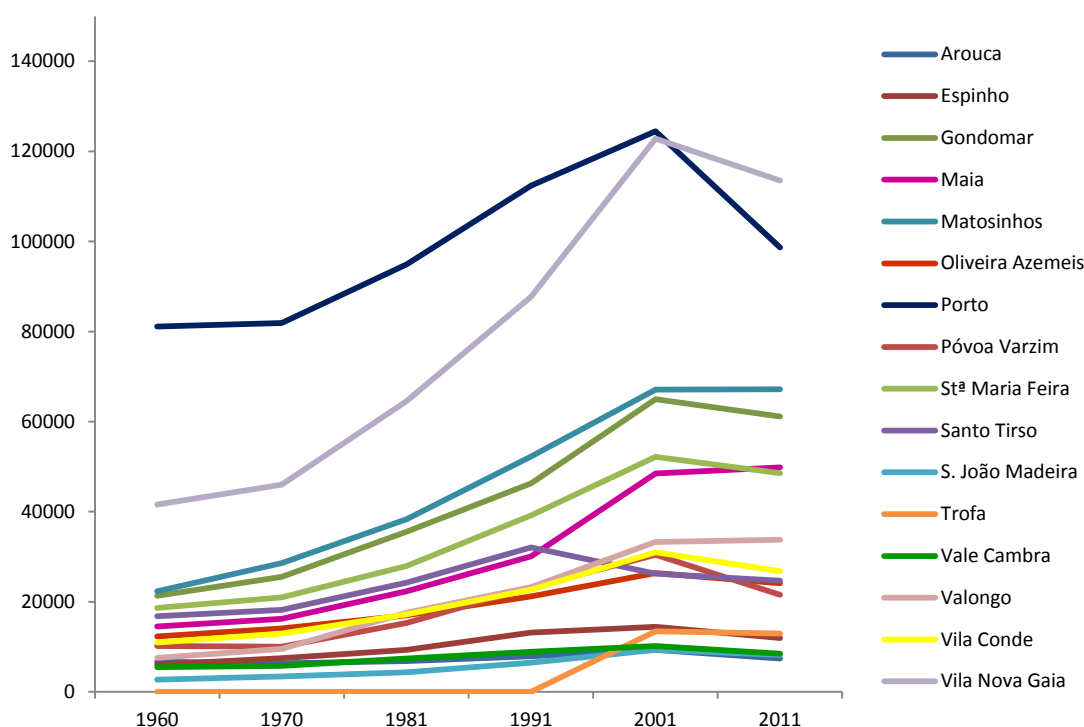
DINÂMICAS HABITACIONAIS NA AMP

As dinâmicas familiares e as dinâmicas habitacionais não têm tido relações lineares entre si ao longo das últimas décadas, verificando-se uma progressiva diminuição no número e dimensão das famílias em paralelo com o aumento da oferta habitacional. As famílias portuguesas têm enfrentado longos períodos de carência habitacional devido a dificuldades económicas no acesso aos mercados - de arrendamento, de compra e de construção, bem como devido a algum

desajustamento entre a localização da oferta e a localização da procura. Nos finais da década de 1980 esta realidade viria a ser progressivamente transformada. De uma forma quase generalizada o país assistiu a um *boom* imobiliário, coadjuvado por políticas de incentivo aos créditos bancários para a compra de habitação própria. O resultado foi uma população maioritariamente constituída por proprietários de habitações, espalhadas por cidades e periferias densamente construídas, sobretudo ao longo de toda a faixa litoral. Não obstante o significativo peso que a habitação passou a ter no orçamento das famílias - muitas delas endividadas por muitos anos – a fixação da família à casa e respectivos encargos tornou-se também num forte obstáculo à mobilidade social e à procura de novas oportunidades de emprego noutras regiões, do país ou fora dele.

Pelo gráfico apresentado na Figura 8 é visível a inflexão da trajetória de crescimento que o parque habitacional da AMP vinha mantendo ao longo das últimas décadas, não obstante o abrandamento do seu ritmo a partir de 2001, na grande maioria dos municípios. De facto, uma leitura evolutiva cruzada entre os valores absolutos e os relativos (Quadro 7) permite verificar que foi nas décadas de 1980 e 1990 que o número de alojamentos clássicos mais cresceu de uma forma acentuada, para começar a cair de uma forma significativa logo na transição do século.

Figura 8. Evolução do nº Alojamentos Clássicos na AMP (1960-2011)



Fonte: INE, Censos: 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011.

Aos valores negativos apenas escapam os municípios de Maia, Matosinhos e Valongo, ainda que com percentagens de variação muito reduzidas e que indiciam a estagnação ou até mesmo o

decréscimo a curto prazo. Do conjunto de municípios com taxas de variação negativas destacam-se a Póvoa de Varzim, o Porto, Arouca, Espinho e Vale de Cambra. As causas que estarão por detrás destes resultados prender-se-ão com a actual conjuntura de crise económica no país, que teve especial incidência sobre a indústria de construção civil. Contudo também importará não esquecer uma certa saturação do mercado imobiliário em termos de oferta, na última década.

Quadro 7. Evolução do nº Alojamentos Clássicos na AMP (1960-2011)

	1960	1970	1960-1970 (var%)	1981	1991	1981-1991 (var%)	2001	2011	2001-2011 (var%)
Arouca	6722	6370	-5,2	6799	7897	16,1	9350	7402	- 20,83
Espinho	6065	7480	23,3	9293	13176	41,8	14415	11931	- 17,23
Gondomar	21360	25560	19,7	35551	46306	30,3	64994	61103	- 5,99
Maia	14528	16190	11,4	22306	30103	35	48475	49827	2,79
Matosinhos	22363	28585	27,9	38303	52237	36,3	67105	67188	0,12
Oliv. Azeméis	12336	14095	14,3	17029	21171	24,3	26360	24102	- 8,57
Porto	81102	81910	1	94914	112405	18,4	124494	98669	- 20,74
Póvoa Varzim	10147	10030	-1,1	15289	23193	52	30424	21523	- 29,26
Stª Maria Feira	18626	20945	12,4	27966	39140	40	52171	48587	- 6,87
Santo Tirso	16807	18210	8,3	24259	32032	32	26213	24673	- 5,87
S. João Madeira	2729	3420	25,3	4356	6451	48	9299	8208	- 11,73
Trofa	:	:	:	:	:	:	13473	12969	- 3,74
Vale Cambra	5509	5785	5	7413	8862	19,5	10147	8450	- 16,72
Valongo	7533	9505	26,2	17593	23233	32	33288	33772	1,45
Vila Conde	10949	12950	18,3	17192	22713	32,1	30975	26783	- 13,53
Vila Nova Gaia	41605	45980	10,5	64565	87728	35,9	122831	113484	- 7,61

Fonte: INE, Censos: 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011.

Não será por acaso que todos os municípios que se destacam pelo número de alojamentos coincidem com os que apresentam também maior número de residentes. Mas importará também cruzar com estes dados a existência de alojamentos vagos, de forma a fazer uma aproximação a este ajustamento entre necessidades habitacionais e a oferta existente no mercado.

Quadro 8. Evolução do nº Alojamentos Vagos na AMP (1970-2011)

	1970	1981	1970-1981 (var%)	1991	2001	1991-2001 (var%)	2011	2001-2011 (var%)
Arouca	1005	540	-46,4	773	768	-0,6	995	29,5
Espinho	895	500	-44,1	1499	1374	-8,3	1830	33,2
Gondomar	1645	1207	-26,6	3523	7554	114,4	8377	10,9
Maia	1075	922	-14,2	2258	5677	151,4	6649	17,1
Matosinhos	2450	1342	-45,2	4299	6313	46,8	8370	32,6
Oliv. Azeméis	1165	644	-44,7	1291	2410	86,7	3563	47,8
Porto	5976	3502	-41,4	12307	18835	53	25826	37,1
Póvoa Varzim	1255	824	-34,3	2185	2384	9,1	3482	46
Stª Maria Feira	1070	881	-17,6	3969	5488	38,3	5148	-6,2
Santo Tirso	1205	683	-43,3	2141	1838	-14,1	2665	45
S. João Madeira	230	162	-29,6	808	1827	126,1	1242	-32
Trofa	:	:	:	:	1506	:	1756	16,6
Vale Cambra	510	465	-8,8	676	661	-2,2	963	45,7
Valongo	480	1158	141,2	1783	3618	103	3926	8,5
Vila Conde	1230	722	-41,3	1662	2363	42,2	3142	33
Vila Nova Gaia	2590	2405	-7,1	10030	15619	55,7	17764	13,7
AMP	22781	15957	-30	49204	78235	59	95698	22,3

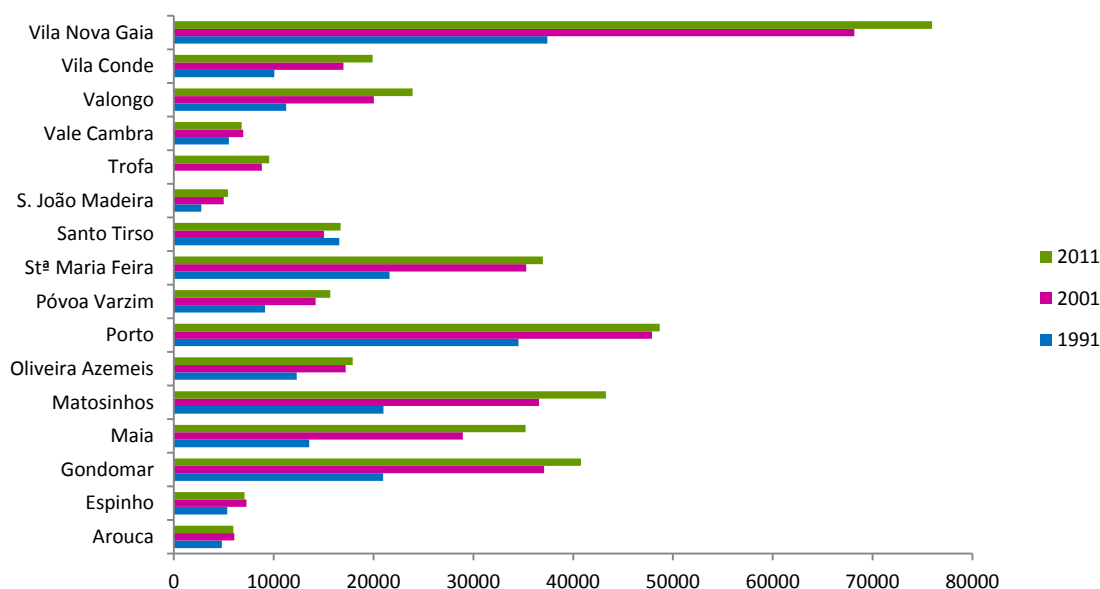
Fonte: INE, Censos: 1970, 1981, 1991, 2001, 2011.

Dos dados apresentados no Quadro 8 sobressaem três factores que merecem referência. O primeiro consiste na variação negativa quase generalizada que se registou no número de alojamentos vagos entre 1970 e 1981. À excepção de Valongo - onde é provável que o considerável aumento de alojamentos vagos se deva a uma fase de construção de habitação muito expressiva - todos os restantes municípios assistiram a uma diminuição considerável dos alojamentos nesta condição. Visto isoladamente este fenómeno pressupõe um aumento de procura de alojamento igualmente generalizado e que se relacionará com um acréscimo populacional e do número de famílias nestes municípios. Mas note-se que esta década coincide com a revolução de 1974 e com o conseqüente retorno de muitos milhares de portugueses das ex-colónias. Este facto traduziu-se por todo o país num epifenómeno em termos demográficos, com repercussões directas quer na extraordinária procura de alojamentos, quer na ocupação dos vagos existentes e, nalguns casos, sem a necessária salvaguarda das devidas condições de habitabilidade e conforto dos mesmos. Como tal, não é de estranhar que a AMP também reflecta este comportamento.

O segundo factor diz respeito à taxa de variação fortemente positiva, entre 1991 e 2001, no número de alojamentos vagos em vários municípios da AMP, tanto nos de formação metropolitana inicial como nos que se anexaram posteriormente. Nesta situação destaca-se a

Maia, São João da Madeira, Gondomar, Valongo e Oliveira de Azeméis. Por detrás destes valores estarão não só os fenómenos de expansão urbana através de uma consolidação do protagonismo destes municípios no contexto metropolitano, como também os consequentes impulsos construtivos que surgem associados a estas dinâmicas urbanas. Com efeito e para o mesmo período temporal, também foi na Maia, São João da Madeira, Valongo e Gondomar que se registaram das taxas mais elevadas de variação no número de alojamentos familiares. O poder atractivo destes municípios confirma-se também com a sua preponderância ao nível do aumento do número de famílias clássicas residentes e do aumento do número de alojamentos clássicos de residência habitual ocupados pelo proprietário (Figura 9).

Figura 9. Evolução do nº Alojamentos de Residência Habitual Ocupados pelos Proprietários (1991-2011)

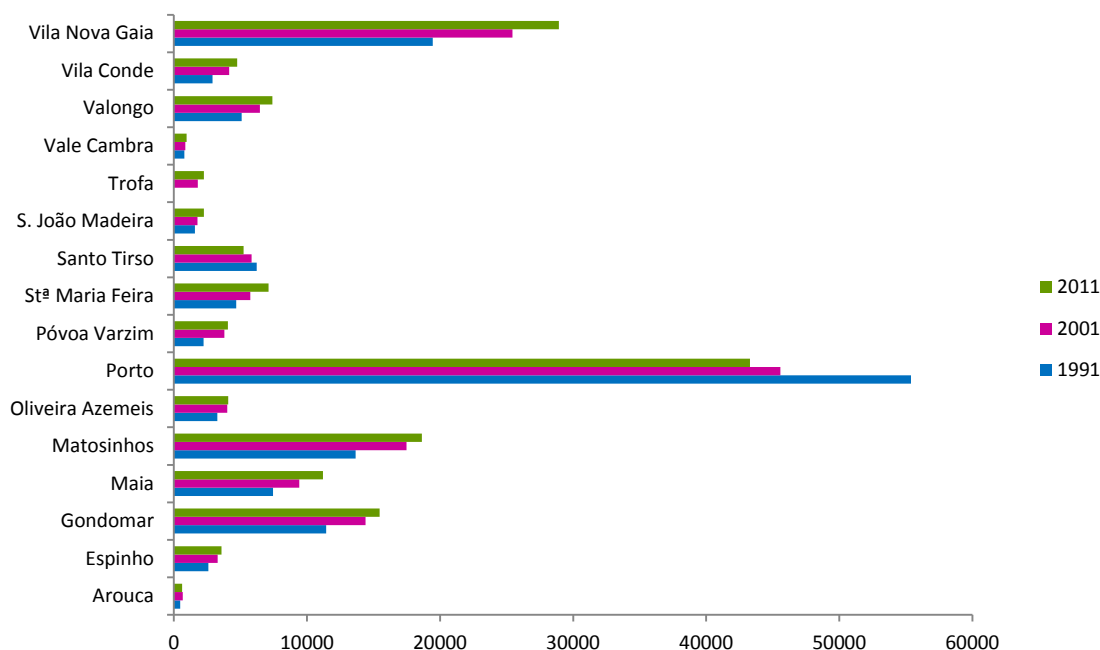


Fonte: INE, Censos: 1991, 2001, 2011.

Por fim, o terceiro factor relaciona-se de uma maneira particular com os municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia, ambos pelo elevado número de alojamentos vagos e pela previsibilidade lógica de que boa parte desse número resulte de um património construído bastante envelhecido e a necessitar de obras de reabilitação. Mas para além da partilha desta realidade existem dados que permitem estabelecer uma diferenciação importante ao nível das dinâmicas habitacionais. Desde logo, a vitalidade de Vila Nova de Gaia comparativamente ao Porto, não só na quebra menos acentuada de alojamentos clássicos construídos nas últimas décadas, como no constante aumento de alojamentos ocupados pelos proprietários, como ainda no recente incremento no número de alojamentos arrendados (Figura 10).

Com efeito, em 2011 Vila Nova de Gaia (18,2%) ultrapassou o Porto (12,4%) em termos de alojamentos arrendados, um facto sem dúvida correlacionado com a vitalidade atrás referida, mas porventura denunciador da recente conversão para o mercado de aluguer de produtos imobiliários anteriormente destinados à venda.

Figura 10. Evolução do nº Alojamentos de Residência Habitual Ocupados pelos Arrendatários (1991-2011)

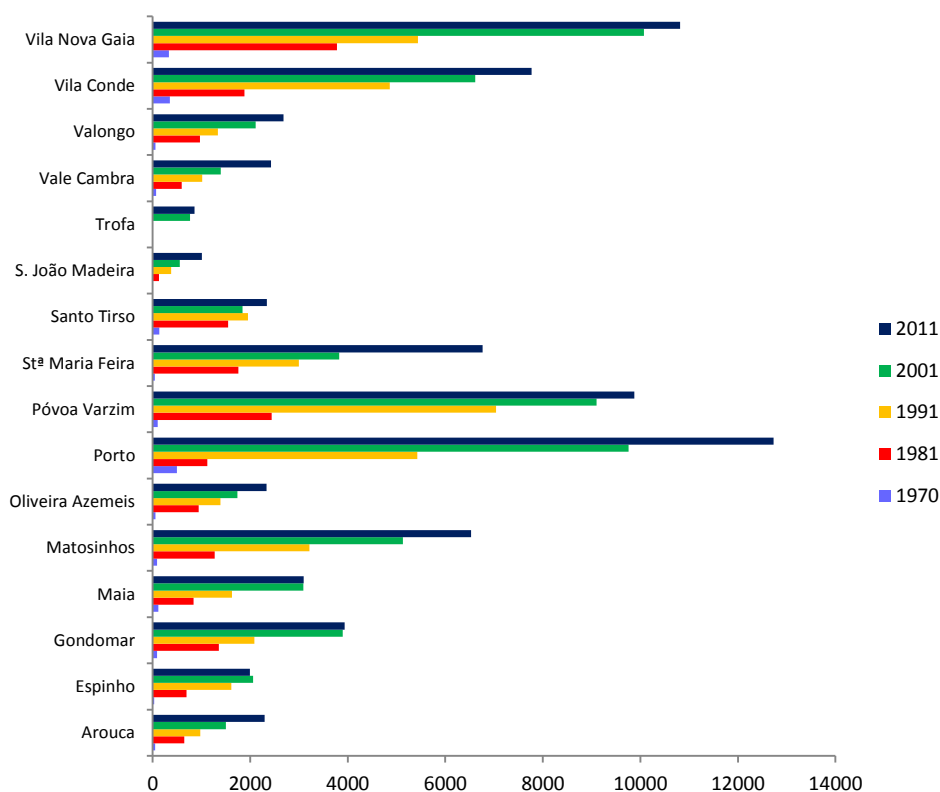


Fonte: INE, Censos: 1991, 2001, 2011.

Em suma, do total de alojamentos existentes na AMP, 78,1% corresponde a residência habitual, 9,8% a residências secundárias e 12,1% a alojamentos vagos, cuja maior parte se localiza nos municípios do Porto (18,8%) e de Vila Nova de Gaia (12,5%). Relativamente às taxas de variação dos alojamentos vagos na AMP também se regista uma diminuição considerável ao longo das últimas três décadas, situando-se actualmente nos 22%.

Entre 2001 e 2011 o número de alojamentos na AMP diminuiu para -9,5%, um valor que se traduz numa forte quebra relativamente às duas décadas anteriores. De facto, entre 1981 e 1991 a taxa de variação dos alojamentos na AMP foi de 30,7% e entre 1991 e 2001 foi aproximadamente de 30%. Quanto ao regime de propriedade, na AMP o predomínio pertence claramente aos alojamentos de residência habitual ocupados pelos proprietários (51,7%) em detrimento dos alugados (20,1%) destacando-se o município do Porto neste regime.

Figura 11. Evolução do nº de Alojamentos de Residência Secundária (1970-2011)



Fonte: INE, Censos: 1970, 1981, 1991, 2001, 2011.

No que diz respeito à evolução dos alojamentos de residência secundária, a Figura 11 ilustra a tendência de crescimento que esta forma de ocupação habitacional vem manifestando nas últimas décadas, em toda a AMP de uma forma geral, com particular destaque para os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Póvoa de Varzim ou Santa Maria da Feira. Acautelando o facto de estarem também incluídas nesta situação residências desocupadas, devolutas e noutras condições, esta tendência de crescimento no número de residências secundárias é, em certa medida, extensível a todo o contexto territorial português, pelo que a AMP apenas confirma esta realidade.

Quadro 9. Resumo AMP 2011 – Alojamentos quanto à forma de ocupação e regime de propriedade

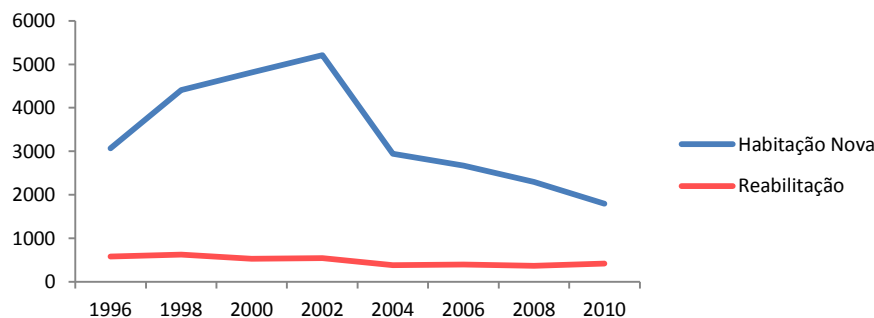
2011	Total Aloj.	Residen. Habitual	%	Residen. Secundária	%	Alojam. Vagos	%	Alojam. Proprietária	%	Alojam. Arrendados	%
Arouca	10715	7402	69,2	2298	21,4	995	9,3	5955	55,5	619	5,7
Espinho	15756	11931	75,7	1992	12,6	1830	11,6	7076	44,9	3564	22,6
Gondomar	73436	61103	83,2	3936	5,4	8377	11,4	40787	55,5	15463	21,0
Maia	59613	49827	83,6	3095	5,2	6649	11,2	35238	59,1	11191	18,7
Matosinhos	82154	67188	81,9	6526	7,9	8370	10,2	43272	52,6	18637	22,6
Oliv. Azeméis	30014	24102	80,3	2335	7,8	3563	11,9	17918	59,7	4091	13,6
Porto	137359	98669	71,9	12734	9,3	25826	18,8	48683	35,4	43302	31,5
Póvoa Varzim	34890	21523	61,7	9876	28,3	3482	10,0	15665	44,9	4057	11,6
Sª Maria Feira	60518	48587	80,3	6763	11,2	5148	8,5	36979	61,1	7099	11,3
Santo Tirso	29699	24673	83,1	2340	7,9	2665	9,0	16690	56,2	5224	17,5
S. João Madeira	10465	8203	78,4	1012	9,7	1242	11,9	5391	51,5	2239	21,4
Trofa	15617	12969	83,2	858	5,5	1756	11,2	9556	61,1	2244	14,3
Vale Cambra	11838	8450	71,4	2425	20,5	963	8,1	6783	57,3	963	8,13
Valongo	40410	33772	83,6	2684	6,6	3926	9,7	23926	59,2	7397	18,3
Vila Conde	37728	26783	71,0	7771	20,6	3142	8,3	19893	52,7	4759	12,6
Vila Nova Gaia	142250	113484	79,9	10815	7,6	17764	12,5	75964	53,4	28922	20,3
AMP	792462	618666	78,1	77460	9,8	95698	12,1	409776	51,7	159771	20,1
AML	1485656	1129676	76,0	171080	12,0	184900	12,0	758690	51,0	303435	20,4
Continente	5638503	3824696	67,8	1098336	19,5	703772	12,5	2795856	49,6	762380	13,5

Fonte: INE, Censos 2011.

Comparando os dados entre as duas áreas metropolitanas e contextualizando os mesmos relativamente ao continente português, é possível verificar que as dinâmicas habitacionais verificadas na AMP e na AML estão em sintonia com o panorama nacional, quer quanto às formas de ocupação, quer quanto ao regime de propriedade (Quadro 9).

Relativamente à reabilitação em edifícios de habitação familiar, os valores referentes ao período entre 1996 e 2010 demonstram a fraca expressividade deste tipo de acção ao nível de todos os municípios que integram a AMP, sobretudo se comparada com a construção de novas habitações (Figura 12).

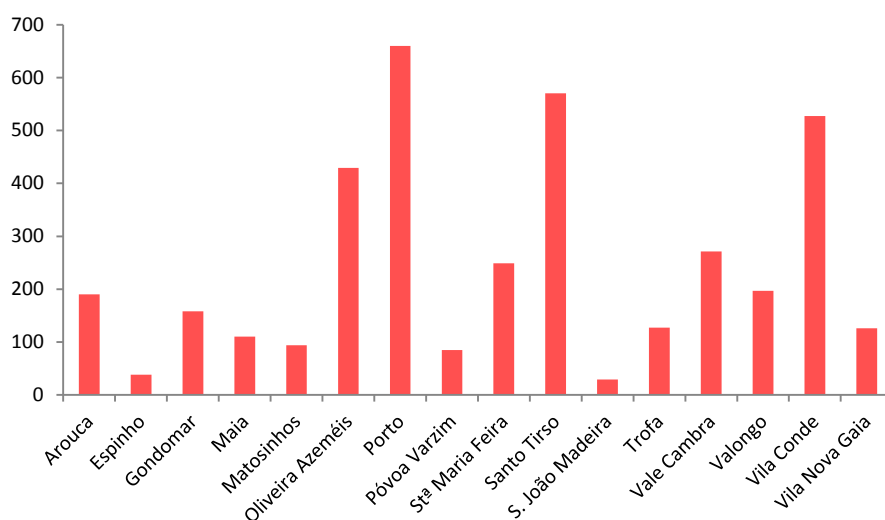
Figura 12. Evolução das Construções Novas e da Reabilitação de Habitações Familiares na AMP (1996-2010)



Fonte: INE, Estatísticas da Construção e Habitação: 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010.

Numa análise mais detalhada das dinâmicas de construção pelos diferentes municípios sobressai o do Porto, seguido de Santo Tirso e Vila do Conde (Figura 13). Na cidade do Porto o envelhecimento do património construído é uma evidência que se estende um pouco por toda a cidade e, de facto, o somatório dos valores das acções de reabilitação empreendidas entre 1996 e 2010 (660 no total) acabarão por ser insignificantes face ao total das necessidades. Mas também é conhecida a complexidade de questões que estão por detrás das acções de reabilitação, de uma forma geral e, no centro das grandes cidades em particular.

Figura 13. Reabilitação de Habitação Familiar na AMP por Municípios (1996-2010)



Fonte: INE, Estatísticas da Construção e Habitação: 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010.

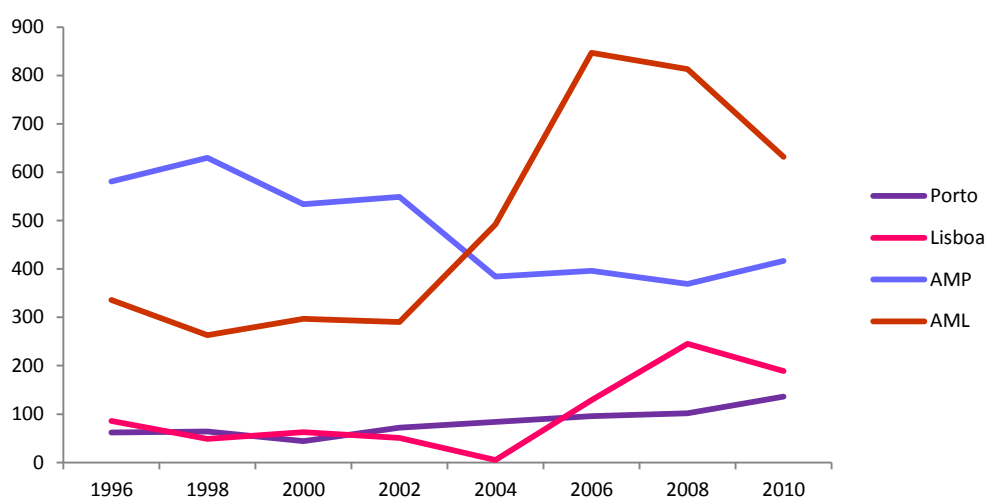
Estabelecendo uma comparação através do Quadro 10 e Figura 14 é merecedora de destaque a inversão de posições, quer entre os municípios de Lisboa e Porto, quer entre as duas áreas metropolitanas. Depois de um pico de grande aumento no número de acções de reabilitação entre 2002 e 2006, a AML apresenta um significativo decréscimo a partir de 2008, período em que se começou a acentuar a actual crise económica em Portugal e cujos impactos ao nível da indústria da construção civil e da reabilitação urbana são dos mais elevados e severos. Para o mesmo período temporal a AMP apresenta uma evolução divergente no que à reabilitação urbana diz respeito, sendo de destacar a ligeira retoma neste tipo de acções nos últimos anos e já em plena crise económica. Igual cenário é repetido pelos municípios de Lisboa e Porto, com Lisboa já numa curva descendente desde 2008 enquanto o Porto insiste num movimento ascendente, que apesar de muito discreto, consegue manter-se contínuo num período conjuntural que tem sido muito desfavorável para este tipo de intervenções urbanas.

Quadro 10. Reabilitação Urbana em Edifícios de Habitação Familiar em Lisboa, Porto e Respectivas Áreas Metropolitanas (1996-2010)

	1996	1998	2000	2002	2004	2006	2008	2010	Total
Porto	62	64	44	72	84	96	102	136	660
Lisboa	86	49	63	51	5	129	245	189	817
AMP	581	630	534	549	384	396	369	417	3860
AML	336	263	297	290	492	847	813	632	3970

Fonte: INE, Estatísticas da Construção e Habitação: 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010.

Figura 14. Evolução da Reabilitação Urbana em Edifícios de Habitação Familiar em Lisboa, Porto e Respectivas Áreas Metropolitanas (1996-2010)



Fonte: INE, Estatísticas da Construção e Habitação: 1996, 1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2008, 2010.

Em números totais os resultados acabam por ser muito semelhantes para o período temporal considerado, tanto nos dois municípios centrais como nas áreas metropolitanas. Só uma análise mais detalhada e incluindo programas específicos de acções camarárias na área da reabilitação urbana permitiriam contextualizar devidamente estas variações verificadas. Contudo, as diferentes épocas construtivas que determinaram a expansão e a composição das duas áreas urbanas, as condições em que se encontra o respectivo edificado - com especial destaque para os municípios centrais de Lisboa e do Porto, mais os diferentes estilos de vida presentes nos diferentes territórios serão factores que importará considerar para a interpretação dos dados referentes à reabilitação urbana em estudos futuros.

NOTAS CONCLUSIVAS

Este trabalho foi desenvolvido com o objectivo de analisar alguns dados demográficos e habitacionais relativos à AMP, com base nos resultados dos Censos 2011e numa perspectiva evolutiva. Em paralelo, esta análise também procurou estabelecer um contraponto a alguns dados equivalentes relativos à AML, de forma não só enriquecer a contextualização dos mesmos, como também a estabelecer o diálogo necessário entre as duas maiores metrópoles nacionais.

Vistas no seu conjunto, as dinâmicas populacionais verificadas na AMP tendem para uma estabilização demográfica ou mesmo para uma relativa desvitalização, se comparadas com o recente impulso que os dados relativos à AML parecem indiciar. Verifica-se uma variação populacional que não permite perceber uma relação de continuidade territorial tão homogénea e consolidada como na AML, nem um efeito polarizador tão forte em torno do município do Porto como em torno do de Lisboa. Mais uma vez importará aqui salvaguardar as fragilidades das comparações entre duas áreas metropolitanas de características tão distintas, bem como as diferentes lógicas institucionais, políticas e territoriais que lhes estarão na origem.

Já no que se refere às dinâmicas familiares, na AMP estas têm o mesmo sentido da AML e também de todo o país. Desde logo, um crescimento no número de famílias, acompanhado da redução na dimensão das mesmas e do aumento das famílias unipessoais. O que poderá fazer maior diferença nos dados da AMP serão os factores mais directamente relacionados com os estilos de vida das populações e que face a um território metropolitano tão heterogéneo e peculiar importará analisar com mais pormenor em estudos futuros e com outros caracteres de abrangência.

Entretanto, a redução verificada ao nível da dimensão média das famílias é um fenómeno que tem de ser analisado em conjunto com o processo de duplo envelhecimento que se verifica em Portugal. Esta situação também se começa a verificar de forma mais notória nos níveis de escolaridade, designadamente junto da população que conclui o 1º ciclo do ensino básico. Enquanto a população com o ensino secundário ainda aumenta de uma forma muito ligeira, o ensino superior apresenta resultados muito expressivos do grande investimento que se tem feito em Portugal ao nível da educação como um todo, com destaque para o alargamento da escolaridade obrigatória e para um maior acesso e frequência do ensino superior. A este cenário não é indiferente a descentralização provocada pelo surgimento de novas instituições de ensino nas últimas décadas, algumas das quais inseridas na AMP. No domínio da habitação, a AMP também reflecte a continuidade da trajectória de crescimento que a AML e o país conheceram na década de 1990, não obstante o significativo abrandamento dos ritmos registados a partir de 2001. Em Portugal houve uma excessiva oferta habitacional e também se privilegiou claramente a compra em detrimento do arrendamento. Desta forma, não é de estranhar que também o

aumento do número de residências secundárias surja como um sintoma das políticas facilitadoras e de incentivo à compra habitacional que se mantiveram em vigor até ao despontar da presente conjuntura de crise económica. Entretanto, Portugal converteu-se num país de proprietários endividados e com dificuldades de mobilidade territorial e social acrescida devido a essa condição. Também na evolução das residências secundárias a AMP segue a tendência de aumento verificada na AML e no país, não obstante a diversidade de situações inerentes a esta classificação. Desde logo se reconhece a importância da faixa litoral nesta forma de ocupação residencial, assim como a expressão dos movimentos migratórios e emigratórios.

Relativamente aos alojamentos vagos, a diversidade de situações que podem justificar esta situação também não permite tecer conclusões muito claras sobre os dados que a AMP apresenta. À excepção de um ou outro município (como Santa Maria da Feira ou São João da Madeira) existe uma tendência generalizada que vai no sentido do aumento de alojamentos vagos, com claro destaque para os municípios do Porto e de Vila Nova de Gaia. Esta realidade estará relacionada também com a antiguidade e o estado do edificado nestes territórios. Um panorama que pode ser transposto para Lisboa e para os municípios da sua área metropolitana.

Muito embora os dados relativos à reabilitação urbana aqui apresentados não permitam avançar muito nesta temática, é perceptível a relativa equivalência nos totais de acções de reabilitação desenvolvidas em edifícios de habitação durante o período temporal considerado, não obstante as oscilações divergentes apresentadas pelas duas áreas metropolitanas e respectivas cidades centrais. Nos últimos anos, tanto o Porto como a sua área metropolitana se destacam pelo aumento continuado do número de acções desenvolvidas, enquanto que Lisboa e AML apresentam quebras significativas relativamente à reabilitação urbana. Este comportamento registado a Norte torna-se mais significativo perante a actual conjuntura económica desfavorável e que tem penalizado enormemente todo o sector da construção civil e obras públicas. Entretanto, também importaria contextualizar devidamente estas acções nas respectivas políticas municipais para melhor perceber as diferenças verificadas, não só entre os dois municípios – Lisboa e Porto – como também entre estas áreas metropolitanas tão peculiares.

É um facto que nem o modelo urbano do Porto nem os processos que conduziram à composição da sua área metropolitana são muito comparáveis com os de Lisboa. Contudo e para além do interesse que a discussão dessas diferenças suscita em termos de organização e gestão territorial, considerou-se útil realizar este trabalho numa perspectiva dialogante sobre uma área metropolitana tão peculiar quanto heterogénea e sobre a qual ainda existem muitas análises a realizar com vista à produção de mais conhecimento crítico sobre a mesma. Neste sentido, o presente relatório poderá funcionar como uma pequena contribuição, na medida em que sintetiza dados úteis para trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA

- Ascher, F. (1998). *Metapolis - Acerca do Futuro da Cidade*. Oeiras: Celta.
- Fernandes, J. R. (sd). O "Porto-Gaia" e a Cidade Metr pole, Contributo para responder   necessidade de Reorganiza o do Território Metropolitano., (pp. 1-4).
- Ferrão, J. (2002). *As Regiões Metropolitanas Portuguesas no Contexto Ibérico*. Lisboa: DGOTDU.
- Ferrão, J. (2003). Intervir na Cidade: Complexidade, Visão, Rumo. In N. Portas, A. Domingues, J. Cabral, *Políticas Urbanas - Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa: Funda o Calouste Gulbenkian.
- Gottdiener, M. (1993). *A Produ o Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Instituto Nacional de Estatística - Censos 1970, 1981, 1991, 2001, 2011.
- Marques, T. S. (2004). *Portugal na Transi o do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Porto: Afrontamento.
- Marques, T. S.; Fernandes, J. R. (2008). PROT N - Plano Regional de Ordenamento do território da Região do Norte /Sistema Urbano.
- Marques, T. S.; Fernandes, J. R. (2008). *PROTN - Plano Regional de ordenamento do território da Região do Norte/ Sistema Urbano e Organiza o do território*.
- Pereira, S. M.; Marques, P. (2011). Trajectórias Residenciais e Metropoliza o: uma análise introdutória a propósito da AML. *Working Paper n  2011/10*. Lisboa: Din mia'Cet-IUL.
- Portas, N.; Domingues, A.; Cabral, J. (2003). *Políticas urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Funda o Calouste Gulbenkian.
- Rodrigues, W. (2010). *Cidade em Transi o. Nobilita o Urbana, Estilos de Vida e Reurbaniza o em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Rodríguez-Pose, A. (2008). The Rise of the "City-region" Concept and its Development Policy Implications. *European Planning Studies*, 16:8, pp. 1025-1046.
- Salgueiro, T. B. (1992). *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Afrontamento.
- Scott, A. j. (2001). Globalization and the Rise of City-regions. *European Planning Studies*, 9:7, pp. 813-826.
- Seixas, P. C. (2008). *Entre Manchester e Los Angeles - Ilhas e Novos Condomínios no Porto*. Porto: Edi es Universidade Fernando Pessoa.
- Silva, M. R. (2005). Os desafios da Competitividade do Porto Cidade/Região. *Boletim da Universidade do Porto - Porto Cidade Região*, pp. 8-13.

Soares, N. P. (2006). Uma População que se Urbaniza: uma leitura 'clássica' do sistema urbano nacional. In R. (. Soeiro de Brito, *Atlas de Portugal*. Lisboa: Instituto Geográfico Português.

Soja, E. W. (2005). On the Concept of Global City Regions. *Artefact*, 04.

Soja, E. W. (2011). Regional Urbanization and the End of the Metropolis Era. In G. Bridge, & S. (. Watson, *The New Blackwell Companion to the City*. Oxford: Wiley-Blackwell.

V.A. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: DGOTDU.

Vásquez, I. (1992). Crescimento Urbano e Suburbanização no Grande Porto: Uma Perspectiva Relacional. *Análise Social*, pp. 191-205.

Índice de Quadros e Figuras

Quadro 1.	Densidades Populacionais nos Municípios da AMP, 2011	6
Quadro 2.	Evolução da População Residente nas Duas Áreas Metropolitanas Relativamente à População Residente no Continente (%).....	8
Quadro 3.	Variação da População Residente nos Municípios do Porto e Lisboa, 1981-2011 (%)...9	
Quadro 4.	Evolução e Variação da População Residente nos Municípios da AMP (1981-2011) ...	10
Figura 1.	Mapa da Área Metropolitana do Porto.....	5
Figura 2.	Variação da População Residente por Municípios, 2001-2011 (%)	11
Quadro 5.	Evolução da População Residente na AMP segundo os Níveis de Escolaridade atingido, 1991-2011	14
Figura 3.	Evolução da População na AMP por Níveis de Ensino e Segundo o Sexo, 2001-2011 (%)	14
Quadro 6.	População Residente na AMP e na AML com Ensino Superior e Analfabeta por sexos, em 2011 (%)	15
Figura 4.	Evolução da Dimensão das Famílias Residentes na AMP, 1991-2011 (%)	16
Figura 5.	Evolução da População Residente na AMP por Grupos Etários, 1991-2011 (%)	17
Figura 6.	Evolução da População Residente na AMP por Estado Civil, 2001-2011 (%).....	18
Figura 7.	Evolução da População Residente na AMP por Estado Civil e Segundo o Género, 2001-2011 (%).....	19
Figura 8.	Evolução do nº Alojamentos Clássicos na AMP (1960-2011).....	20

Quadro 8. Evolução do nº Alojamentos Vagos na AMP (1970-2011).....	22
Figura 9. Evolução do nº Alojamentos de Residência Habitual Ocupados pelos Proprietários (1991-2011)	23
Figura 10. Evolução do nº Alojamentos de Residência Habitual Ocupados pelos Arrendatários (1991-2011)	24
Figura 11. Evolução do nº de Alojamentos de Residência Secundária (1970-2011).....	25
Quadro 9. Resumo AMP 2011 – Alojamentos quanto à forma de ocupação e regime de propriedade	26
Figura 12. Evolução das Construções Novas e da Reabilitação de Habitações Familiares na AMP (1996-2010)	26
Figura 13. Reabilitação de Habitação Familiar na AMP por Municípios (1996-2010).....	27
Quadro 10. Reabilitação Urbana em Edifícios de Habitação Familiar em Lisboa, Porto e Respectivas Áreas Metropolitanas (1996-2010)	28
Figura 14. Evolução da Reabilitação Urbana em Edifícios de Habitação Familiar em Lisboa, Porto e Respectivas Áreas Metropolitanas (1996-2010).....	28

Nota sobre os Relatórios DINÂMIA'CET – IUL:

Os Relatórios DINÂMIA'CET - IUL destinam-se a publicar trabalhos que não apresentem a estrutura tradicional de um artigo de revista científica, como por exemplo relatórios de pesquisa eminentemente empírica, resenhas de obras ou autores relevantes, ou teses de mestrado.